

MARCUSCHI E A LINGUÍSTICA TEXTUAL: O ENTRELAÇAMENTO DAS INFORMAÇÕES E DOS SENTIDOS

Dayhane Alves Escobar Ribeiro Paes (UERJ/UFRJ)
dayhanepvs@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem a pretensão de contribuir para a interpretação dos dados e do contexto a partir da estrutura do gênero textual e discursivo (CAVALCANTE, 2010; VAN DIJK, 2010). Para tanto, este estudo pauta-se na linguística textual sob a concepção interacionista sociodiscursiva da linguagem (BRONKART, 2012). Considerando que a linguística textual surgiu na década de 1960 e tomando por base que o texto é uma unidade linguística hierarquicamente superior à frase, procura-se por meio deste trabalho explicitar como o sentido textual não está previamente estabelecido, mas se constrói a partir do texto, no curso da interação (KOCH, 1995). Sendo parte de uma pesquisa para a elaboração de tese de doutorado, esta pesquisa tem a finalidade de apresentar uma perspectiva teórica acerca da temática abordada e uma proposta de homenagem à expressiva importância do professor Luiz Antônio Marcuschi, que publicou no Brasil a obra marco da linguística textual: “*Linguística de Texto – O que É e Como se Faz?*”. Dessa obra, decorreram inúmeros estudos e discussões, percorrendo os caminhos científicos propostos sob a ótica de Luiz Antônio Marcuschi, que contribuíram para uma mudança histórica no processo de ensino-aprendizagem da língua, fazendo com que a leitura e a compreensão não se limitem a uma atividade superficial, mas se tornem uma atividade discursiva com base nos fatores de coesão, de coerência e de textualidade, tomando o texto como agente para o entrelaçamento das informações e dos sentidos.

Palavras-chave: Texto. Discurso. Linguística textual. Marcuschi.

1. Introdução

Aliar a linguística com a pesquisa sobre o texto é uma tarefa árdua, mesmo no campo dos estudos da linguagem em que o texto é tomado como unidade de análise com perspectivas e métodos diferenciados. No atual contexto, é possível vislumbrar teorias acerca do processo de ensino-aprendizagem da língua a partir do texto. Não obstante, é preciso reconhecer que houve um percurso de mais 30 anos para que essa linguística do texto pudesse ser reconhecida como uma ciência.

Na década de 1960, a linguística textual vinha se desenvolvendo no continente europeu. Harald Weinrich (1964), um dos pioneiros da linguística textual na Alemanha, pregava que não deveria haver separação entre os estudos de língua e os de texto. Segundo Ingedore Grunfeld Vil-

laça Koch – linguista brasileira com pós-doutoramento na Alemanha, na *Universität Tübingen* –, compreendia-se que o texto era resultante de um tipo específico de atividade a que os linguistas alemães denominavam de “*Sprachliches Handeln*”, isto é, uma atividade verbal, em uma situação dada com vistas a certos resultados. (KOCH, 1998)

Dentro dessa teoria da atividade verbal, Horst Isenberg (1976) propõe um modelo textual para se descrever a construção, a interpretação e a análise do texto a partir de aspectos pragmáticos. Teun Adrianus Van Dijk (1981) salienta o propósito da interação para se atingir a meta intencionada. Robert-Alain de Beaugrande e Wolfgang Ullrich Dressler (1981) destacam as ações discursivas, incluindo a intencionalidade e a aceitabilidade aos critérios de textualidade.

Decorrente desses estudos posteriores à década de 1960, vislumbra-se um novo ramo da linguística – o da linguística textual. Neste sentido, a Alemanha pode ser considerada o berço dos estudos linguísticos do texto, pois esses linguistas alemães incorporam os aspectos semânticos e contextuais aos seus estudos, preocupando-se de forma inédita com a coerência, a coesão e a progressão temática. Hartwig Kalverkämper (1981) faz apreciação geral dessas principais teorias da linguística de texto, fornecendo subsídio para a defesa dessa ciência.

Essa visão geral do desenvolvimento histórico da linguística textual na Europa contribui para que se possa ter, atualmente, um instrutivo conhecimento acerca desse tema. Todavia, nessa história da constituição do campo da linguística de texto, Luiz Antônio Marcuschi (1998), afirma que não houve um desenvolvimento homogêneo, “seu surgimento deu-se de forma independente, em vários países de dentro e de fora da Europa Continental, simultaneamente, e com propostas teóricas diversas”.

De forma genérica, essas propostas são agrupadas em duas tendências: a análise do discurso de linha francesa e a linguística textual, oriunda, sobretudo dos países germânicos (Alemanha, Países-Baixos) ou do Reino Unido. Na análise do discurso, o foco recai sobre o sujeito da enunciação e seu contexto histórico. Na linguística textual, observam-se os processos de construção textual, por meio dos quais os participantes do ato comunicativo criam sentidos e interagem.

Sob este prisma, vale destacar o volume completo sobre a linguística de texto em sentido estrito e amplo, organizado em 1973 por Wolfgang Ullrich Dressler e Siegfried Johannes Schmidt, que serviu de fonte teórica comum para as teorias germânicas citadas. Isso permitiu distin-

guir três momentos que abrangeram preocupações teóricas bastante diversas entre si: as relações interfrasais e transfrasais; a gramática textual; e a linguística do texto, propriamente dita. Essa linguística textual se desenvolveu, seguindo o princípio básico de que “o texto é uma unidade linguística hierarquicamente superior à frase”.

Ao percorrer os caminhos dessa ciência, fica evidente que ocorre a ruptura com os princípios linguísticos cristalizados por décadas anteriores a esta teoria, pois é certo que, para a linguística textual, a gramática da frase não dá conta do texto. Diante dessa certeza, convém destacar a importância da obra de Luiz Antônio Marcuschi, denominada *Linguística de Texto – O que É, Como se Faz?* Publicada nos primeiros anos da década de 1980, após uma conferência pronunciada no IV Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, na PUC/SP. O texto apresentado por Luiz Antônio Marcuschi, nesse congresso, foi editado em livro, tornando-se a obra marco da linguística textual no Brasil.

Dessa obra, decorreram inúmeros estudos e discussões, percorrendo os caminhos científicos propostos sob a ótica de Luiz Antônio Marcuschi, que contribuíram para uma mudança histórica no processo de ensino-aprendizagem da língua, fazendo com que a leitura e a compreensão não se limitem a uma atividade superficial, mas se tornem uma atividade discursiva com base nos fatores de coesão, de coerência e de textualidade, tomando o texto como agente para o entrelaçamento das informações e dos sentidos. Nos dias atuais, é impossível enveredar-se nessa área sem o (re)conhecimento da relevância dos estudos de Luiz Antônio Marcuschi acerca desse tema.

2. Referenciação entrelaça informações e sentidos

Sob a ótica da linguística textual, pretende-se averiguar como a produção, a recepção e a interpretação dos dados e dos sentidos estão associados ao contexto a partir da estrutura do gênero textual e discursivo (CAVALCANTE, 2010; VAN DIJK, 2010). Para tanto, este estudo é inerente à dialética que envolve o contexto sociodiscursivo na concepção interacionista da linguagem (BRONKART, 2012). Por esse motivo, toma-se como ponto de partida o conceito de que o sentido textual não está previamente estabelecido, mas se constrói a partir do texto, no curso da interação (KOCH, 1995). Logo, entende-se que a subjetividade discursiva é evidente na superfície textual e, por isso, adota-se a visão de Luiz Antônio Marcuschi acerca do texto com o desejo de revelar o objeto dis-

curso em seu repertório linguístico, recuperando-o por suas formas referenciais ao longo do discurso.

Neste sentido, é importante destacar que a competência textual de cada usuário possibilita a diferenciação entre um conjunto aleatório de palavras ou frases, ou um texto dotado de sentido pleno. Essa competência permite o enfoque a partir da noção de textualidade estabelecida por Robert-Alain de Beaugrande e Wolfgang Ullrich Dressler (1981): “modo múltiplo de conexão ativado sempre que ocorrem eventos comunicativos”. Vale destacar também outros fatores pragmáticos que possibilitam esse estudo: o contexto como um conjunto de condições externas à língua, e necessários para a produção, recepção e interpretação de texto; a interação, pois o sentido não está no texto, mas surge na interação entre o escritor/falante e o leitor/ouvinte; e a progressão temática/referencial marcadas por rótulos³⁰⁸ que irão atuar discursivamente, indicando novas predicções atribuídas aos referentes retomados no texto. Esses fatores garantem a coerência do texto, pois a forma referencial contribui para a construção do sentido à medida em que sua realização lexical está associada e integrada ao contexto de produção, isto é, o contexto sociodiscursivo.

Esclarecida a perspectiva da linguística textual de que a construção de sentido no texto é necessariamente acompanhada de processos de ordem cognitiva, convém destacar de que modo o agente dispõe de modelos e tipos de operações mentais, resultando nas atividades de compreensão e de interpretação do texto. De acordo com Ingedore Grunfeld Vilaça Koch (1998), o processamento do texto depende não só das características internas do texto, como do conhecimento dos usuários, pois é esse conhecimento que define as estratégias a serem utilizadas na recepção do texto. Todo processo de compreensão de textos caracteriza-se como um processo ativo e contínuo do sentido, e liga-se a toda uma rede de unidades e elementos suplementares, ativados necessariamente em relação a um dado contexto sócio cultural. Dessa forma, pode-se admitir que a construção do sentido só ocorre em um dado contexto. Aliás, segundo Dan Sperber e Deidre Wilson (1986) o contexto cria efeitos que permitem a interação entre informações velhas e novas, de modo que entre ambas se cria uma implicação. Essa implicação só é possível porque

³⁰⁸ Nesta pesquisa, utiliza-se o conceito de rótulo proposto por Francis (1994), que considera as características que especificam o referente a partir de um adjetivo avaliativo como rótulos discursivos.

existe uma continuidade entre texto e contexto e, além do mais, a cognição é um fenômeno situado, que acontece igualmente dentro da mente e fora dela.

Nessa ótica, abordar-se-á o texto à luz dos pressupostos teóricos da Linguística, pois se analisam os aspectos semânticos, tais como o direcionamento, o papel avaliativo, o papel discursivo-organizacional e a relação do emprego das formas referenciais com a tipologia textual em estudo. Nessa perspectiva, os efeitos da linguagem provocados por esses encadeamentos referenciais serão observados ao conferirem ao texto a construção de sentidos. Dessa forma, esse objetivo se insere na proposta maior de possibilitar que a produção de conhecimento acerca da referência possa contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais amplas para o ensino de leitura e de interpretação de texto em língua materna.

Vale ressaltar ainda que, diante de inúmeras referências teóricas e terminológicas, acerca de uma teorização da organização do texto. Apresenta-se, segundo Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu (2012, p. 151), uma abordagem pertinente aos objetivos apresentados no que tange à questão discursiva metodológica mais específica que amplia os conhecimentos de mundo, enciclopédico e partilhado dos estudantes na perspectiva da análise do texto. Desse modo, será levado em consideração o contexto sociodiscursivo dos textos, relacionando-os com os estudos acerca do gênero textual e da referência. A partir desse contexto sociodiscursivo, será possível dar consistência à análise da construção de sentido dos objetos discursivos neste estudo.

Desse modo, apresenta-se o cerne deste trabalho, com suas fundamentações teóricas acerca das formas remissivas que contribuem para a manutenção e para a progressão referencial, construindo o objeto de discurso no texto com ênfase para os pressupostos teóricos. Nesse sentido, consoante com as perspectivas teóricas adotadas, são tecidas algumas considerações sobre a abertura do espectro do texto em seu contexto. Por essa razão, as questões relacionadas à leitura e à escrita, ao mesmo tempo em que trazem à discussão um campo teórico rico para o tratamento do texto, com o entrecruzamento de língua e de literatura, também abrem a perspectiva para desvendar os segredos de elementos estritamente linguísticos.

As formas de referência, longe de se confundirem com a realidade extralingüística, são escolhas realizadas pelo produtor do texto, ori-

entadas pelo princípio da intersubjetividade, razão pela qual os referentes são construídos e reconstruídos ao longo do processo de escrita. Desse modo, uma sequência nominal possui, então, uma referência, a qual é o segmento da realidade que lhe é associado. Isso não equivale, meramente, a uma *relação sinonímica*, de palavras que estão no mesmo campo semântico. A propriedade distintiva da referenciação consiste, justamente, em designar. Ou seja, não se trata de uma sequência nominal qualquer, associada a um segmento qualquer. O contexto será determinante para nomear o objeto que tem seu sentido construído no texto. Assim, fica evidente que o desdobramento da noção de referência aplica-se para sustentar a tese de que a sinonímia lexical absoluta não existe, pois todas as unidades lexicais são, enquanto tais, distintas do ponto de vista da referenciação textual. A identidade lexical, conforme aponta Luiz Antônio Marcuschi (2008), mantém uma relação com o seu antecedente no texto e, devido à inexistência da sinonímia lexical absoluta, a identidade lexical e a correferência se equivalem, quando se trata de nomes.

O processo que diz respeito às diversas formas de introdução no texto, de novas entidades ou referentes é chamado de referenciação (ANTUNES, 2005). Essa atividade discursiva, especificamente, do ponto de vista da produção escrita, opera sobre o material linguístico, que tem a sua disposição, e procede escolhas significativas para representar estados de coisas, de modo condizente com o seu projeto de dizer (KOCH, 2002: 199). Neste sentido, a linguística textual foi capaz de aprimorar sua concepção de referência. Ingedore Grunfeld Villaça Koch (1998), por exemplo, ao tratar das estratégias de referenciação, lembra que “por vezes, a (re) ativação de referente, a partir de ‘pistas’ expressas no texto, se dá via inferenciação”. Essa constatação leva a autora a ampliar o conceito de referência a partir do argumento de que há “zonas de intersecção” entre a coesão e a coerência. Luiz Antônio Marcuschi (2008) nos assinala que os estudos acerca da coesão não têm sido mais o principal foco da linguística textual, que agora volta sua atenção para os processos de referenciação.

Dessa forma, o aporte teórico aqui apresentado dá conta da análise das implicações da referenciação como testemunho expressivo da relação entre linguagem, práticas discursivas e realidade. Nesse prisma, assumindo uma visão textual-discursiva, interativa e sociocognitiva, este estudo apresenta o fenômeno da referenciação e, ainda, traz uma explicação de como os referentes são introduzidos, conduzidos, retomados, apontados e identificados no texto. Postula-se, assim, que é no texto e no dis-

curso que o sentido é construído em uma relação dinâmica e interativa, efetuada por sujeitos que mobilizam seus modelos de mundo devido à relevância da interação.

Nessa perspectiva, segundo Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2002:25), o leitor é levado a mobilizar estratégias de ordem cognitivo-discursiva, com o fim de levantar hipóteses, validar ou não essas hipóteses, preencher as lacunas que o texto apresenta, para chegar a uma determinada compreensão. O embasamento teórico, no que se refere à noção de referenciação como uma atividade discursiva com relevante papel na organização do texto contempla, principalmente, as considerações de Ingedore Grunfeld Villaça Koch e Luiz Antônio Marcuschi (2002); Lorenza Mondada e Daniele Dubois (2003); Edwiges Maria Morato e Anna Christina Bentes (2005); Denis Apothéloz e Marie-José Reichler-Béguelin (1995). Desse modo, para facilitar o entendimento da produção de sentido, há, ainda, um postulado segundo o qual Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2009) ressalta que a referência é, portanto, resultante da ação de representar, por meio de uma situação discursiva, entidades que são vistas como objetos-de-discurso, que, na constituição textual, são concebidos como produtos físico, social e cultural da atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, e não como objetos-do-mundo. No entanto,

isto não significa negar a existência da realidade extra-mente, nem estabelecer a subjetividade como parâmetro do real. Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Também não se postula uma reelaboração subjetiva, individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. (KOCH & MARCUSCHI, 2002, p. 5)

Desse modo, vale destacar que essa relação entre língua e realidade é tão antiga quanto polêmica, de modo que sua natureza pode ser vista como variando desde uma ligação fiel, biunívoca, até uma relação completamente distorcida da realidade (ARAÚJO, 2004). Em consonância com muitos autores contemporâneos, defendemos que a língua não produz uma representação exata da realidade, já que, por meio dos empregos linguísticos sempre potencialmente variados, o mundo extralinguístico pode, comumente, ser-nos apresentado de maneira significativamente variável. Segundo Ingedore Grunfeld Villaça Koch, Edwiges Maria Morato e Anna Christina Bentes (2005), os sujeitos constroem, com as práticas

discursivas e cognitivas, imagens do mundo por meio das quais se constroem referentes, isto é, itens linguísticos que funcionam como retomada para outros itens precedentes no cotexto ou mesmo no contexto. Logo, pode-se concluir acerca dos resultados obtidos com essa análise, que, nesse percurso sociocognitivo, nem sempre o objeto de discurso pode coincidir com o próprio objeto de mundo.

Observadas as condições de produção, sociais e discursivas, apresentadas no capítulo anterior, é mister, no entanto, registrar, agora, no bojo dessas considerações que há relações tecidas entre as partes do texto narrativo por meio de formas referenciais que contribuem para a construção de sentidos dos objetos discursivos. É, nesse veio do discurso, que pareceu sustentável proceder à fundamentação teórica dessa pesquisa, amparada pela linguística textual para identificar os fios que entretecem as histórias, formando os pontos nodais no texto.

Ingedore Grunfeld Villaça Koch e Luiz Antônio Marcuschi (2002) apontam essa progressão referencial como uma operação complexa, porque, embora esteja centrada no discurso, envolve linguagem, mundo e pensamento. A progressão referencial pode ser compreendida como o processo de introdução e retomada dos referentes, ao longo do texto, por meio dos recursos de referenciação. Dentre esses recursos destaca-se o encapsulamento anafórico como responsável por essa progressão. Tal articulação possibilita pensar em que sentido a seleção lexical na construção do sintagma nominal encapsulador contribui para a argumentação e possibilita a construção do sentido do objeto que está sendo retomado no texto. Desse modo, a linguística textual passa a considerar os conhecimentos acumulados e compartilhados pelos participantes da cena comunicativa no processamento dos textos, reconhecendo que a construção de significados veiculados pelo texto se dá pela conexão de várias ações conjuntas praticadas pelos indivíduos:

[...] na base da atividade linguística está a interação e o compartilhar de conhecimentos e de atenção: os eventos linguísticos não são a reunião de vários atos individuais e independentes. São, ao contrário, uma atividade que se faz com os outros, conjuntamente. (KOCH, 2004, p. 31)

É neste íterim que o pensamento linguístico se volta para as questões cognitivas relacionadas à referenciação e à progressão, que emergem na linguística textual, conforme os estudos de Lorenza Mondada e Daniele Dubois (2003), que discutem o processo de referenciação ao longo das interações linguísticas. Com isso em mente, a progressão referencial ocorrerá pela recorrência de vários referentes relacionados a um

mesmo item no interior do texto. Para tanto, torna-se necessário lançar mão do conceito de *cadeia referencial*, que, segundo Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2004, p. 67), torna-se pertinente a esse estudo, pois “a reconstrução é a operação responsável pela manutenção em foco, no modelo de discurso, de objetos previamente introduzidos, dando origem às cadeias referenciais ou coesivas, responsáveis pela progressão referencial do texto”.

Tal construto teórico está relacionado à introdução e à manutenção dos referentes ao longo do texto. Além disso, por estar relacionada à manutenção de referentes, o estudo da progressão referencial, apesar de pertencer ao âmbito da coesão textual, articula-se às exigências de *repetição e progressão* da coerência textual (CHAROLLES, 1998). No que concerne à repetição, a partir da recorrência de elementos e conteúdos, essa repetição deve ser realizada com o intuito de fazer progredir o texto por meio de acréscimo semântico.

Já, no que tange os estudos acerca da progressão referencial, é importante ressaltar que não pressupunham uma estabilidade ou univocidade referencial. Para Luiz Antônio Marcuschi e Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2002), por exemplo, “todos os casos de progressão referencial são baseados em algum tipo de referenciação, não importando se são os mesmos elementos que recorrem ou não” (MARCUSCHI & KOCH, 2002, p. 88). Fica evidente, portanto, que, construindo essa cadeia de referenciação, as expressões definidas com modificadores proporcionam a progressão referencial, que, para Luiz Antônio Marcuschi (2008) “se dá com base na relação entre linguagem, mundo, pensamento, mediados, centralmente, no discurso”. Essa progressão oferece mais informações, juízos de valor e opiniões ao leitor, pois os referentes (informações velhas) serão retomados, ao se introduzirem sintagmas nominais definidos, com base em conhecimento compartilhado na interação autor-texto-leitor.

Assim, a construção das cadeias de referenciação está mais relacionada à coesão textual, uma vez que concerne à retomada dos referentes. A este respeito, Luiz Antônio Marcuschi e Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2002, p. 38) afirmam que “*retomar* é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial, seja em uma relação de identidade ou não. Ressalta-se que a continuidade não implica referentes sempre estáveis nem identidade entre referentes”. Com essas afirmações, abre-se espaço para que se possa compreender que o conceito de progressão referencial abarca os casos em que temos uma pluralidade de referentes,

formando cadeias referenciais. E, dessa forma, a não identidade entre os referentes que progridem está relacionada à ampliação propiciada pelo conceito de referenciação, que supera a equivalência entre a referência textual e a correferência presente nos estudos da linguística textual.

Neste sentido, Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2009, p. 132) explica que referenciação é “o processo que diz respeito às diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes” e que se tem progressão referencial quando “tais referentes são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes”. Além disso, a respeito do referente, só haverá progressão referencial quando houver a retomada/remissão de um *mesmo* referente. Essa restrição imposta à progressão referencial repercute na conceituação das cadeias anafóricas ou referenciais:

Quando remetemos seguidamente a um mesmo referente ou a elementos estreitamente ligados a ele, formamos, no texto, *cadeias anafóricas ou referenciais*. Esse movimento de retroação a elementos já presentes no texto – ou passíveis de serem ativados a partir deles – constitui um princípio de construção textual, praticamente todos os textos possuem uma ou mais cadeias referenciais. (KOCH, 2009, p. 144)

Assim, vale lembrar que por meio de uma categorização veiculase a informação velha, isto é, há a retomada do termo já dito, e ocorre uma instrumentalização ao leitor para que descubra esse antecedente da expressão anafórica, na medida em que novos referentes são introduzidos no texto. Essa categorização, conforme afirma Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu (2012), é ponto exclusivamente nodal na hierarquia semântica do texto por meio da avaliação com o rótulo e atribui ao antecedente um novo significado textual como um rema da oração. Essa parte do foco da informação nova considera o potencial tomado no desenvolvimento do argumento, expondo a informação apresentada como nova se tornando prospectiva, progressiva, a partir de escolhas lexicais e sintáticas compatíveis.

Assim, a categoria dos rótulos funciona para isolar um conjunto de nomes, um traço metalinguístico, que rotula uma extensão discursiva como um tipo particular de linguagem. Esses rótulos são usados pelo para forjar relacionamentos localizados inteiramente dentro do próprio discurso. O *status* linguístico de uma proposição revela a distinção entre indicadores de “estrutura” e indicadores de “conteúdo”. Quando atuarem coesivamente na forma textual, garantido a manutenção e evitando repetições, serão indicadores de “estrutura”; e, quando contribuírem para a progressão referencial, serão de “conteúdo”.

Desta forma, os rótulos são apresentados como dados e como sinônimos de suas orações referentes, tal sinonímia é um construto, um recurso de progressão referencial, que serve aos objetivos do argumento. Esses rótulos são apresentados como proformas dadas. Eles têm significado interpessoal e podem, de fato, adicionar algo novo ao objeto do discurso, indicando a avaliação sobre o texto acerca das proposições que eles encapsulam. Além disso, os rótulos de retomada retrospectivos também têm uma importante função organizadora: eles assinalam que o enredo está se movendo para a fase seguinte da narrativa, tendo-se utilizado da fase anterior, encapsulando-a ou empacotando-a em uma única nomeação. Estes rótulos têm uma clara função de mudar o tópico e de ligá-lo, porém essa função assinaladora é reforçada quando as orações que contêm rótulos retrospectivos são comumente introdutoras de parágrafos, limitando, assim, seu papel organizador. Logo, o rótulo é um recurso que faz progredir a referenciação no texto de modo que o redator amplie o ‘leque discursivo’, ao se referir a um determinado item textual.

Sob este prisma, cabe ressaltar que qualquer nome pode ser o núcleo de um rótulo desde que seja inespecífico e requeira realização lexical em seu contexto imediato, veiculando conceitos mais específicos para definir termos relacionados a campos particulares de referência. Assim, o rótulo como um recurso de categorização e avaliação opera de forma cognitiva, revelando as emoções do falante. Tal pressuposição, portanto, se mostra adequada à teoria cognitiva que embasa a análise desse *corpus*, uma vez que toda atividade de designação por meio da língua – ou seja, de referenciação – se realiza mediante certa estabilidade referencial na proporção em que lançamos mão de bases ontológicas compartilhadas.

A cadeia de referenciação, assim, permite descrever com mais clareza como cada entidade é cognitivamente processada, observando o estatuto dos valores semânticos e possibilitando a progressão referencial, tendo em vista que a recorrência de vários referentes relacionados a um mesmo item no interior do texto, revela como a referenciação se mantém e possibilita a progressão referencial. Essa se constrói por meio da *cadeia de referenciação*. Fica evidente, portanto, como as estruturas discursivas se organizam e se articulam nos textos. Logo, amparado por essa teoria da linguística textual, o caminho que se segue agora é revelador acerca dos pontos de vistas marcados nas escolhas intencionais das formas referenciais que irão compor as cadeias de referenciação.

É preciso ter em mente, ainda, que este trabalho enfoca a exploração do potencial anafórico de um item linguístico na construção da pro-

gressão referencial no texto. Mesmo que se admita a existência de introduções referenciais puras e de introduções referenciais recategorizadoras, como o faz Mônica Magalhães Cavalcante (2011), ou para que haja fluidez entre as fronteiras da introdução referencial e da anáfora, conforme defende Alena Ciulla e Silva (2008), isso não parece suficiente para que a linguística textual se desvincilhe do critério de menção tão arraigado na classificação das expressões referenciais, embora reconheçamos o avanço dessas pesquisadoras na direção de uma extrapolação desse critério. Porém, é preciso atentar para o fato de que as propostas de Mônica Magalhães Cavalcante (2011) e de Alena Ciulla e Silva (2008) – apesar de reivindicarem uma concepção mais ampla de recategorização – deixam de lado alguns processos que a interface aqui proposta pode descriptivamente abarcar, porque as referidas autoras não focalizam, embora reconheçam, os aspectos cognitivos inerentes ao fenômeno, fixando-se ainda na sua abordagem textual-discursiva.

Portanto, a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam suas percepções, seus saberes, quer de ordem linguística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo (CAVALCANTE, 2003). Estes, todavia, não são estáticos; (re)constróem-se tanto sincrônica como diacronicamente, dentro das diversas cenas enunciativas, de modo que, no momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário invocar conhecimentos – socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos–, situar-se dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos, já que a “referenciação constitui uma atividade discursiva”. (KOCH, 2006: 61)

A introdução referencial é a expressão nominal que institui “um objeto no discurso sem que nenhum outro elemento do contexto discursivo ou da situação imediata de comunicação o tenha evocado” (CAVALCANTE, 2003, p. 106). Por causa disso, esta análise permitiu vislumbrar um provável mecanismo de manutenção da coesão, por meio do processo de referenciação, o que, posteriormente, possibilitou relacionar este processo com o desenvolvimento do tópico discursivo. Devemos compreender que objetos de discurso são cunhados na intersubjetividade, por meio de negociações, modificações e ratificações das versões individuais e públicas do mundo. É claro que estes processos de construção intersubjetiva se valem bastante do léxico, compreendido por Denis Apothéloz e Marie-José Reichler-Béguelin (1995, p. 241) como uma gama de possibilidades

de operações de designação de um mesmo objeto de discurso e não “um estoque de etiquetas”.

A ancoragem para a (re)construção da recategorização do referente pode ser concretizada via elementos que se encontram na superfície do texto. Entretanto, conforme discutido em Lima (2009), a recategorização não se caracteriza por um grau de explicitude absoluto, se tratada de uma perspectiva cognitivo-discursiva e não apenas textual-discursiva, como o fazem os precursores do estudo do fenômeno, que se centram na descrição de suas funções discursivas. A recategorização é muito mais abrangente, razão pela qual propõe que a sua concepção seja redimensionada. Na perspectiva semântico-pragmática, pode-se encarar essa possibilidade de retomadas como uma estratégia cognitivo-discursiva no âmbito do gênero textual.

Essas abordagens contextualizam as recategorizações que nem sempre podem ser reconstruídas diretamente no nível textual-discursivo, não se configurando apenas pela remissão ou retomada de itens lexicais. Em alguns casos, elas devem ser (re)construídas pela evocação de elementos radicados num nível cognitivo, mas sempre sinalizados por pistas linguísticas, para se evitarem extrapolações interpretativas (LIMA, 2009, p. 57). Portanto, a recategorização é um processo que perpassa todas as funções referenciais (introduções, anáforas e dêixis). Por isso, essas expressões referenciais apresentam objetos de discurso que podem, no decorrer do texto/ discurso, ser retomados ou por via direta ou por via indireta (o que pode se estabelecer a partir de relações semânticas). Logo, todas as possibilidades de retomada (incluindo o encapsulamento) são passíveis de promover a transformação do referente, o que garantiria a recategorização referencial. Desse modo, os objetos de discurso, como entidades construídas ao longo da interação discursiva, podem sofrer modificações – isso é o que se entende por recategorização referencial. Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2003, p. 83-84) defende que, dentro do esquema de ativação e reativação de referentes em um texto, os elementos textuais já existentes podem ser constantemente modificados ou expandidos: “Durante o processo de compreensão, desdobra-se uma unidade de representação extremamente complexa, pelo acréscimo sucessivo e intermitente de novas informações e/ou avaliações acerca do referente”. São os acréscimos postos aos referentes, explícitos ou não, que vão colaborar para a progressão referencial.

Uma possibilidade de interpretação, nesse mérito semântico e pragmático do objeto discursivo, é considerá-lo como uma recategoriza-

ção metafórica. Porém, isso só é possível em virtude de se observarem algumas expressões da superfície linguística e os campos conceituais por ela ativados. Ou seja, há um objeto de discurso sendo elaborado em torno da ideia de que é esse tópico discursivo no texto; tal fim pode ser caracterizado, em virtude das pistas linguísticas. Desse modo, para que a recategorização se efetive – o que implica perceber a metáfora pretendida – é preciso ler o texto todo e depois voltar ao referente. Dessa forma, se pode continuar construindo o sentido do objeto discursivo a partir de abordagens pragmático-semântica.

Para Matos (2005), o processo de recategorização não é essencialmente “uma tentativa de construção lexical mais apropriada”, mas a sinalização de certas transformações sofridas pelo referente ao longo do discurso. A reformulação, no entanto, não implica necessariamente oposição de sentido, mas um reajuste semântico-referencial da posição do locutor que atua intensamente no texto. Logo, mais do que escolher a palavra apropriada no léxico da língua portuguesa para fazer a referência no texto, verifica-se que é no texto que a palavra se realiza, isto é, a escolha lexical está associada ao seu discurso. Por esse motivo vale destacar que os trabalhos que se ocuparam da recategorização, até hoje, desprezaram-na do ponto de vista dos propósitos argumentativos do enunciador, como se percebe pelo seguinte comentário:

As expressões referenciais não se prestam exclusivamente à identificação de referentes: elas podem exercer uma função argumentativa valiosa em certos contextos discursivos. [...] a decisão de escolher formas distintas de expressão da referência nunca é ingênua, porque tanto anafóricos como dêiticos são fabulosos meios de veicular pontos de vista do enunciador. (CAVALCANTE, 2004, p. 06)

Denis Apothélos e Marie-José Reichler-Béguelin (1995) veem-na como um ato de referenciação que evidencia a evolução da categorização de uma dada entidade durante a interação. Essas entidades não são “mundanas”, ao contrário, são produtos culturais concebidos pelo homem. Os autores afirmam, ainda, que o uso da recategorização permite que se ultrapasse sua função puramente referencial e que se penetre em outras funções, as quais podem ser de natureza argumentativa, social, estético-conotativa e de outros tipos. Mônica Magalhães Cavalcante (2003), por sua vez, corrobora a ideia de que a recategorização lexical renomeia uma forma referencial anafórica, a fim de adaptá-la aos seus intuitos persuasivos. Não se trata, portanto, apenas de utilizar uma expressão para condensar uma proposição; trata-se, também, de destacar um posicionamento sobre o conteúdo tratado, o que implica recategorizar tal

conteúdo. Tal perspectiva verifica não só os processamentos cognitivos individuais, mas também aqueles que acontecem nas narrativas analisadas e, de alguma forma, influenciam o processamento linguístico do autor. Como Luiz Antônio Marcuschi (2008) considera que a cognição é um fenômeno situado, o texto será o lugar da interação e, portanto, os interlocutores irão, num ato comunicativo, (re)construindo seus saberes e (re)ativando seus conhecimentos à medida que o texto se constrói e é processado.

3. *Considerações finais*

Ao longo deste trabalho, procuramos descrever a visão descritivo-explicativa do funcionamento da organização do texto, na perspectiva dos tipos de seqüências textuais e suas funções e do processo de referenciação e sua função discursiva. Essa interpretação dos dados levantados apoia-se no encadeamento do referente no texto para compreensão do sentido construído e no encadeamento do tópico discursivo para reconhecimento pragmático da orientação argumentativa presente no percurso sociocognitivo. O ponto de vista adotado procurou abranger a referenciação, priorizando os estudos acerca do sintagma nominal utilizado para se referir a algum elemento mencionado anteriormente no texto. Neste sentido, foi possível notar como um sintagma nominal pode funcionar como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto.

Tais mecanismos de referenciação foram apresentados quanto à forma e à função, buscando-se sempre correlacioná-los às diferentes perspectivas. O estabelecimento da relação coesiva ocorre com base nas relações semânticas na superfície textual, por isso os referentes além de garantir a coesão referencial, também, podem revelar o ponto de vista de cada texto. Diante de tantas possibilidades, deve-se destacar que este estudo já nos propiciou algumas reflexões acerca da linguística do texto. Nesta perspectiva, destaca-se a proeminente necessidade de formação de indivíduos com competência textual para que, efetivamente, participem das diversas situações comunicativas da vida. De certo modo, deve-se desenvolver nos alunos de Língua Portuguesa e de Literatura nas escolas condições de leitura e de produção para a articulação das ideias. E, no momento da materialização do discurso, por meio da expressão literária, oferecer aos mesmos as ferramentas linguísticas necessárias para que lidem melhor com o texto. Dessa forma, pode-se colocar em foco o ensino da referenciação como um meio de produzir, junto ao aluno, um saber

sobre a língua, a fim de que ele se torne capaz de lidar com as diferentes tarefas cognitivas.

No percurso deste trabalho, procuramos descrever os mecanismos de referência a partir da análise de formas remissivas, anafóricas e encapsuladoras, focando naquelas capazes de recategorizar o referente no texto, contribuindo para a construção de sentido do mesmo no texto. Esse aspecto funcional das formas remissivas garantiu a possibilidade do rótulo de retomar ou apontar as informações dentro do texto, destacando o seu papel na organização do discurso e o seu papel avaliativo. Destacase, por esse motivo, a importância do caráter avaliativo da expressão nominal rotuladora, já que é um recurso de manipulação do leitor, que pode ser expressa tanto pelo nome núcleo do sintagma nominal, quanto pelo modificador. Além disso, acrescenta-se que o contexto em que o rótulo se insere, também, pode propiciar a construção do valor axiológico desejado pelo produtor do texto.

Assim, pudemos observar que a referência se fez apresentar como um recurso para a construção do sentido de um texto e da rede conceitual que a ele subjaz, emergindo em diversas atividades nas quais os indivíduos se engajam. Essas atividades são sempre situadas e as operações de construção do sentido resultam de várias ações praticadas pelos indivíduos, e não ocorrem apenas na cabeça deles. Essas ações sempre envolvem mais de um indivíduo, pois são ações conjuntas e coordenadas: o escritor / falante tem consciência de que se dirige a alguém, num contexto determinado, assim como o ouvinte/leitor só pode compreender o texto se o inserir num dado contexto. A produção e a recepção de textos são, pois, atividades situadas e o sentido flui do próprio contexto. Por essa razão, foi possível observar ao longo da análise como a substituição deve ter um papel importante no texto, pois o fenômeno que cai sob o conceito de referência leva em conta a função dos nomes gerais no discurso, sob o título de ‘referência estendida’, com alto potencial anafórico. Esse modo de referir apareceu nas traduções de dois modos distintos nas cadeias específicas, a saber:

1. por categorização do referente, sem expressão de juízo de valor, organizando o discurso (sumarizando ou reformulando) o precedente a que se refere, seja um termo ou toda uma sentença;
2. por recategorização, avaliando o discurso precedente por meio de palavras que expressavam juízo de valor do produtor do texto acerca do termo referido.

Sob uma ótica quanto ao tipo de menções aos referentes, encontra-se outro tipo de cadeia de referenciação, a cadeia não específica, que demonstrou, na análise, a função de garantir a manutenção temática no texto, evitando a repetição de palavras. Por meio de formas remissivas gramaticais (KOCH, 2002), essa cadeia não específica, também, garantiu a progressão referencial. Entretanto, cabe ressaltar que a sua importante contribuição foi retomar algo que já havia sido mencionado na dimensão textual. Este conjunto de usos depreendido do *corpus* marca o ensino da língua portuguesa, especificamente, o de leitura de textos. Por esse motivo, é preciso considerar, com base na análise proposta, que o uso de sintagmas nominais no processo de referenciação funcionou de forma determinante para a construção de cadeias específicas, atuando como rótulos, ou seja, expressões que exigiam uma realização lexical no seu contexto, visando à argumentação. Assim, vários sintagmas nominais, que funcionavam como rótulos, garantiram o fenômeno da referenciação nos textos, conforme ocorreu também em outros estudos que comprovam essa teoria, porém baseados em outras análises de diferentes *corpora* sobre esta mesma direção (BEZERRA, 2004; PAREDES SILVA & MARTINS, 2008; CARVALHO, 2005; TEDESCO, 2002; entre outros).

Fica evidente, portanto, que o sentido de um texto é construído (ou reconstruído) na interação texto-sujeitos (ou texto-coenunciadores) e não como algo prévio a essa interação. A coerência, por sua vez, deixa de ser vista como mera propriedade ou qualidade do texto, e passa a ser vista ao modo como o leitor/ouvinte, a partir dos elementos presentes na superfície textual, interage com o texto e o reconstrói como uma configuração veiculadora de sentidos. Ressalta-se aqui a pertinência dessa reflexão para o ensino, pois, como essa pesquisa mostrou, na tarefa de identificar o sentido construído do objeto discursivo, a pertinência da interação texto-sujeitos (ou texto-coenunciadores), pois não há algo que preexista a essa interação, ainda que se trate da mesma história, mas os sentidos são inerentes ao texto. Desse modo, a coerência também passará a ser vista em relação ao modo como os elementos presentes na superfície textual, aliados a todos os elementos do contexto sociocognitivo, mobilizados na interlocução, vêm constituir, em virtude de uma construção de interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos. Portanto, é por isso que se retoma a proposta Ângela Kleiman (2007) e Ingedore Grunfeld Villaça Koch e Vanda Maria Elias (2006), na tentativa de mapear o funcionamento do processamento textual.

Cabe assinalar, em forma de conclusão, que essa nova visão acerca de texto, contexto e interação resulta, inicialmente, de uma contribuição relevante, proporcionada pelos estudiosos das ciências cognitivas: a ausência de barreiras entre exterioridade e interioridade, entre fenômenos mentais e fenômenos físicos e sociais. De acordo com essa nova perspectiva, há uma continuidade entre cognição e cultura, pois esta é apreendida socialmente, mas armazenada individualmente. Assim, o estudante é preparado para uma efetiva proficiência leitora necessária para desenvolver a competência necessária domínio da língua, do texto e do discurso. Na linguística textual, o entorno sócio cultural e histórico comum aos membros de uma sociedade e armazenado individualmente em forma de modelos cognitivos é representado pelo espaço comum que os sujeitos constroem na própria interação.

A proposta desta pesquisa, portanto, permite-nos afirmar que a progressão referencial nas estruturas discursivas por meio das formas referenciais nas cadeias de referenciação evidencia que o texto possui uma estrutura referencial que vai sendo erigida, passo a passo, à medida que ele vai sendo processado, num constante fluxo de idas e vindas, no sentido de que os referentes são constantemente redimensionados. Desse modo, fica evidente como a referenciação contribui, por categorização ou recategorização, para a progressão referencial, para a construção de sentido do objeto discursivo e para a organização do discurso. O texto, portanto, é uma estrutura dinâmica. O uso das cadeias referenciais permite controlar o grau de informatividade de seu texto, antecipando referentes que serão retomados em momento oportuno. Além disso, possibilita, também, que o leitor recupere a informação relevante para a compreensão dos novos dados apontados no texto, a fim de construir significado para o que lê.

Ressalta-se, também, a evolução da noção de contexto, pois esses recursos linguísticos funcionaram nos textos como pista de contextualização, construindo cadeias referenciais bem delimitadas e sinalizando a partir de que perspectiva epistêmica os referentes que deveriam ser percebidos. Portanto, espera-se, de alguma forma, que este trabalho tenha contribuído para os estudos da referenciação e de sua relação com Luiz Antônio Marcuschi e a linguística textual. Além de propiciar um possível novo olhar para o entrelaçamento das informações e dos sentidos no texto por meio da referenciação.

Para tanto, destaca-se como os processos de categorização e recategorização evidenciaram as marcas discursivas da performance do refe-

rente inerente ao contexto de produção. Logo, de acordo com os estudos em vigor na academia acerca da Linguística do Texto, é possível afirmar a importância deste estudo para se compreenderem os processos de referenciação, as formas referenciais e as cadeias de referenciação na construção do sentido do texto. Isso porque ao se verificar o objeto discursivo de um texto, constatou-se que esse sentido é pertinente ao contexto sociocognitivo em que foi produzido. Neste momento, à guisa de conclusão, torna-se útil ressaltar que as considerações deste trabalho, no sentido de efetuar um contributo para a elaboração de um modelo teórico de ensino de língua e literatura a partir do conceito de referenciação na visão de construção de sentido dos objetos discursivos no texto. Dessa forma, essa pesquisa se volta para a sala de aula em atividades de leitura, produção e compreensão de textos, não só nas aulas de língua portuguesa ou de literatura, mas, sobretudo, nos diferentes campos de atuação daquele que se forma em letras.

Logo, pode-se concluir que todo texto apresenta uma direção argumentativa marcada pela intencionalidade de seu autor com os recursos linguísticos utilizados em seu discurso, ainda que sejam da tipologia narrativa. Por esse motivo, deve-se evitar a confusão acerca do aprendizado de “gêneros discursivos”, que precisam ser entendidos em todas as disciplinas a partir de seu uso na vida. Por isso, a argumentação na escola não deve se limitar a um simples componente do programa de língua portuguesa, torna-se necessária uma abordagem metodológica em todas as áreas do conhecimento para mostrar que a orientação argumentativa não está presa a um tipo ou gênero textual, mas pode atuar em todos os textos. Isso é percebido, como foi na análise, quando nos tornamos leitores menos ingênuos diante do texto. Em suma, como já fora dito, neste estudo: É preciso ler os clássicos para se reconhecer o Final Feliz de uma boa leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu. Níveis de letramento na escrita: um ensaio fotográfico. In: GERHARDT, Ana Flávia Lopes Magela. (Org.). Ensino-aprendizagem na perspectiva da linguística aplicada. 1. ed. São Paulo: Pontes, 2013, p. 137-152.

_____. *A construção do conhecimento e a formação do professor de língua materna: uma concepção de linguagem*. Fórum Crítico da Educação. Disponível em: www.mariatedesco.com.br, vol. 1, n. 2, 2002.

APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, Alain; REICHLER-BEGUELIN, Marie-José (Eds.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours, SN complexes, nominalisations, anaphores*, Tranel, n. 23, p. 227-271.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ullrich. *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman, 1981.

BRONKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi, CIULLA E SILVA, Alena. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad.: Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAROLLES, Michel. *Introdução aos problemas da coerência de textos: abordagem teórica e estudo das práticas pedagógicas*. GALVES, Charlotte Helena Brito; ORLANDI, Eni Pulcinelli; OTONI, Paulo. (Org.). *O texto: escrita e leitura*. Campinas: Pontes, 1988.

_____. Coherence as a principle of Interpretability of Discourse. *Text*, vol. 3, n. 1, p. 71-98, 1983.

CIULLA E SILVA, Alena. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 2008. Tese (de doutorado em linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em:

<http://www.atilf.fr/IMG/pdf/theses/These_CiullaESilva_Alena_2008.pdf>.

DRESSLER, Wolfgang Ullrich; SCHMIDT, Siegfried Johannes. *Textlinguistik: Kommentierte Bibliographie*. Munich: Fink, 1973.

HEINEMANN, Wolfgang; VIEHWEGER, Dieter. *Textlinguistik: eine Einführung*. Tübingen: Niemeyer, 1991.

HARWEG, Roland. *Pronomina und Textkonstitution*. München: Fink, 1968.

ISENBERG, Horst. Überlegungen zur Texttheorie. In: IHWE, Jens (ed.). *Literaturwissenschaft und Linguistik*. Frankfurt: Athenäum, 1971/1976, p. 150-173.

KALVERKÄMPER, Hartwig. *Orientierung zur Textlinguistik*. Tübingen, 1981. (Linguistische Arbeiten, 100.)

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

_____. *Argumentação e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Eu e a literatura. In: BRAIT, Beth. *Literatura e outras linguagens*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 160-165.

_____. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Processos de referência na produção discursiva*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____; MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Referência e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____; TRAVAGLIA, Luís Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Aspectos linguísticos, sociais e cognitivos da produção de sentido*. 1998.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Linguística de texto: o que é, como se faz?* [1983], 2012.

MONDADA, Lorenza. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica.

In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi, CIULLA E SILVA, Alena. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2010.

SPERBER, Dan; WILSON, Deidre. *Relevance. Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1986.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Cognitive Context Models and Discourse. In: STAMENOV, Maxim I. *Cognition and consciousness*. Nova Iorque: Academic Press, 1981.

_____. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad.: Roldo Ilari. São Paulo: Contexto, 2010.

WEINRICH, Harald. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1964.

_____. *Tempus: Besprochene und erzählte Welt Neuauflage*. München: H. C. Beck, 2001.